

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TIPICIDADE	3
1 – A IDÉIA DE TIPICIDADE E OS DIVERSOS SENTIDOS DO TERMO TIPO	3
2 – TIPICIDADE NO DIREITO PENAL	6
3 – TIPICIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO	11
4 – TIPICIDADE NO DIREITO CIVIL	14
5 – TIPICIDADE NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	17
6 – TIPICIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO	20
7 – IDÉIAS E FINALIDADE COMUNS DA TIPICIDADE NOS DIVERSOS RAMOS DO DIREITO	23
8 – TIPICIDADE: GARANTISMO, EFICIÊNCIA E A BUSCA POR UM NOVO DIREITO	27
CAPÍTULO II – TIPICIDADE PROCESSUAL	31
1 – NORMA PROCESSUAL PENAL: NOÇÃO E CLASSIFICAÇÃO	31
2 – ATOS PROCESSUAIS: NOÇÃO E CLASSIFICAÇÃO	35
3 – A REVALORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO	42
4 – TIPICIDADE PROCESSUAL NA DOCTRINA	45
5 – TIPICIDADE PROCESSUAL: FUNDAMENTO E ÂMBITO DE EFICÁCIA	50
6 – TIPICIDADE PROCESSUAL: NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE, SENTIDO E MODALIDADES	55
7 – TIPO PROCESSUAL OBJETIVO: MODALIDADES E ELEMENTOS	59
8 – TIPO PROCESSUAL SUBJETIVO: ELEMENTOS	65
9 – TIPO PROCESSUAL PROCEDIMENTAL: ELEMENTOS	70
10 – TIPICIDADE PROCESSUAL: GARANTISMO E EFICÁCIA DO SISTEMA	73



CAPÍTULO III – TIPICIDADE PROCESSUAL E PROVA NOÇÕES GERAIS

1 – PROVA: IMPORTÂNCIA E ACEPTÕES DO VOCÁBULO	79
2 – MEIOS DE PROVA, MEIOS DE PESQUISA, ELEMENTOS DE PROVA, FONTES DE PROVA, OBJETO DA PROVA E PROCEDIMENTO PROBATÓRIO: NOÇÕES	82
2.1 – Procedimento probatório e direito à prova	89
2.2 – Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório	90
2.3 – Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova	90
2.4 – Princípios aplicáveis à prova	92
2.5 – Ônus da prova	100
2.5.1 – Poderes instrutórios do juiz	102
2.6 – Prova emprestada	108
2.6.1 – A prova emprestada e seu valor probatório	111
2.6.2 – Prova emprestada e crimes da competência do júri	112
3 – NATUREZA DAS NORMAS JURÍDICAS SOBRE PROVA: SUPERAÇÃO DA DUALIDADE ENTRE NORMAS MATERIAIS E NORMAS PROCESSUAIS	112
3.1 – Sistemas de apreciação das provas	116
3.1.1 – Sistema da livre convicção (íntima convicção, certeza moral do juiz)	117
3.1.2 – Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada)	118
3.1.3 – Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado)	119
3.2 – Limites ao direito à prova	120
3.3 – Prova ilícita	121
3.3.1 – Prova ilícita e prova ilegítima – conseqüências	125
3.3.2 – Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	128
3.3.3 – Prova ilícita por derivação	132
4 – SISTEMAS PROCESSUAIS E TIPICIDADE PROCESSUAL	137
5 – PROVA, GARANTIAS PROCESSUAIS E TIPICIDADE PROCESSUAL	141
6 – PROVA TÍPICA E ATÍPICA: NOÇÃO	143



7 – PROVAS TÍPICAS E ATÍPICAS: DISTINÇÃO COM CONCEITOS AFINS (PROVA ANÔMALA, PROVA IRRITUAL E PROVA NOMINADA)	152
CAPÍTULO IV – PROVAS TÍPICAS NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO	159
1 – DO EXAME DO CORPO DE DELITO E DAS PERÍCIAS EM GERAL	159
1.1 – Noções gerais	159
1.2 – Terminologia	159
1.3 – Obrigatoriedade do exame de corpo de delito	160
1.4 – Modalidade de exame de corpo de delito	162
1.5 – Peritos – Generalidades	165
1.5.1 – A exigência da realização do exame por um perito	166
1.5.2 – Ausência de peritos oficiais	170
1.5.3 – Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos	171
1.5.4 – Indicação de assistentes técnicos	173
1.5.5 – Procedimento para indicação de assistentes técnicos e oitiva dos experts em audiência	174
1.6 – Realização da perícia	176
1.7 – Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório	179
1.8 – Autópsia	181
1.9 – Exumação	181
1.10 – Exame de local de crime	182
1.11 – Exame de delito e lesões Corporais	183
1.12 – Exames laboratoriais	183
1.13 – Exames nos crimes cometidos com destruição/rompimento de obstáculo ou escalada	183
1.14 – Laudo de avaliação	184
1.15 – Exame de local de incêndio	184
1.16 – Exame grafotécnico	184
1.17 – Exame dos instrumentos do crime	185
2 – ELEMENTOS TÍPICOS NAS PERÍCIAS	186

3 – PERÍCIA, MOMENTO DE SUA REALIZAÇÃO E ATUAÇÃO DAS PARTES NO INQUÉRITO POLICIAL PELA TEORIA DO TIPO PROCESSUAL.	189
4 – PERÍCIAS NÃO PREVISTAS EM LEI.	193
5 – INTERROGATÓRIO	196
5.1 – Noção e natureza jurídica	196
5.2 – Obrigatoriedade do interrogatório	198
5.2.1 – Condução coercitiva em caso de ausência do réu	199
5.2.3 – Local do interrogatório	201
5.3 – Características do interrogatório	203
5.4 – O procedimento do interrogatório e seu conteúdo	203
5.4.1 – Providências preparatórias	203
5.4.2 – O ato do interrogatório	204
5.4.2.1 – Advertência prévia do interrogatório	205
5.4.2.2 – Início do interrogatório e suas modalidades	206
5.5 – Modalidades especiais de interrogatório	208
5.6 – Renovação do interrogatório	209
5.7 – O interrogatório <i>on-line</i>	210
5.8 – Repercussões processuais da falta de interrogatório	216
6 – CONFISSÃO	217
6.1 – Noção, natureza jurídica e fonte	217
6.2 – Espécies de confissão	218
6.3 – Requisitos da confissão	219
6.4 – Características da confissão	219
6.5 – Valor da confissão	220
6.6 – Delação premiada – Chamada do co-réu	221
6.6.1 – Delação premiada – Previsão legal e efeitos	221
6.6.2 – Delação premiada e contraditória	223
6.6.3 – Delação premiada e extensão para co-réu	224

7 – PERGUNTAS AO OFENDIDO	224
7.1 – Noção e natureza jurídica	224
7.2 – Procedimento e contraditório	225
7.2.1 – O ofendido e o falso testemunho.	226
7.3 – Diferenças entre testemunha e vítima.	226
7.4 – Valor probatório das declarações do ofendido.	227
7.5 – Elementos típicos das perguntas ao ofendido.	227
7.6 – Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido	230
8 – PROVA TESTEMUNHAL	235
8.1 – Noções gerais.	235
8.2 – Natureza jurídica, legitimados, valor	237
8.3 – Classificação das testemunhas	238
8.4 Deveres da testemunha	239
8.5 – Número máximo de testemunhas	240
8.6 – <i>Direct e cross examination</i>	241
8.7 – Nova ordem para a colheita da prova	241
8.8 – Elementos típicos da prova testemunhal.	242
8.9 – Capacidade de ser testemunha e tipo processual	246
9 – RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS	249
9.1 – Noção, natureza jurídica e espécies.	249
9.2 – Procedimento para o reconhecimento	249
9.3 – Valor do reconhecimento.	252
9.4 – Elementos típicos do reconhecimento	253
9.5 – Procedimento para o reconhecimento: descrição e âmbito de aplicação	255
9.6 – Reconhecimento coletivo ou em grupo.	259
10 – ACAREAÇÃO.	260
10.1 – Noção, natureza jurídica e momento	260
10.2 – Pressupostos da acareação	260
10.3 – Sujeitos da acareação	261

10.4 – Procedimento da acareação	262
10.5 – Valor probatório da acareação e obrigatoriedade	263
11 – DOCUMENTOS	264
11.1 – Noção e classificação	264
11.2 – Produção da prova documental	266
11.2.1 – Limitação à produção da prova documental	267
11.2.2 – O juiz e a produção da prova documental	268
11.3 – Documentos estrangeiros e validade do documento particular	268
11.4 – Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	270
12 – INDÍCIOS	271
12.1 – Generalidades e noção	271
12.2 – Valor probatório dos indícios	272
CAPÍTULO V – TIPICIDADE PROCESSUAL E PROVAS ATÍPICAS	275
1 – AS PROVAS ATÍPICAS NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO: USO E GENERALIDADES DO PROCEDIMENTO PROBATÓRIO	275
2 – LIBERDADE PROBATÓRIA, PROVAS ATÍPICAS E SEUS LIMITES	277
3 – PROCEDIMENTO PROBATÓRIO MODELO NAS PROVAS ATÍPICAS E SEU VALOR	284
4 – RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO	290
5 – RECONSTITUIÇÃO	296
6 – PROVA DECORRENTE DE GRAVAÇÃO EM VÍDEO	299
BIBLIOGRAFIA	311

